

anti-escravagista). As fontes alternativas de suprimento de mão-de-obra foram procuradas no trabalho livre. Este foi estudado, desde as tentativas do Senador Vergueiro até as iniciativas das Companhias Promotoras e outras. Toda a evolução da imigração italiana nos primeiros tempos foi exposta através de fontes primárias oficiais e de obras como as de Paula Beiguelman, Michael Hall e Lucy Maffei Hutter. A conclusão é a de que a elite paulista não se posicionou totalmente pró-escravatura, como também não pró-café, pró-fazendeiro, nem pró-imigrante italiano. Seu interesse era em função da produção, lucros, acumulação de capital e expansão. Sustentaram-na, portanto, apenas enquanto economicamente viável. Depois da abolição, entretanto, partiram para outras soluções, tema que inicia o ensaio que se segue. Para estudar o aparecimento do movimento trabalhista no Brasil, Sheldon Maran parte dos fins do século XIX, com a chegada de grandes contingentes de imigrantes europeus. Passando a focalizar a fase em que aquela gente começa a atuar na indústria em São Paulo, aborda o movimento operário em que se engajaram italianos, tendo a seu lado portugueses e espanhóis. Estuda as pressões, perseguições, deportações e divisões internas que sofreram, vendo, nesta instabilidade, uma das mais fortes razões da fraqueza e colapso do movimento operário no Brasil de então.

O retrato que nos fornece Pearson é o da ação da sociedade portuguesa na Índia nos séculos XVI e XVII. Demonstra que suas divisões por reinois, castiços e mestiços ou por eclesiásticos, nobres e povo ou, ainda, por "soldados" e casados", interpenetram-se e confundem-se, estabelecendo-se um quadro "especial" de sociedade colonial. E, neste, pesa, antes que tudo, a faceta militar. A presença portuguesa no litoral asiático define-se por uma linha de Fortes cercados de uma massa de população nativa, freqüentemente hostil. A tensão, que nunca deixou de existir, iria tornar-se mais pesada quando, no século XVII, ingleses e holandeses passaram a ameaçar a presença lusa na Ásia. Os interesses comerciais portugueses eram representados pelas Câmaras Municipais. Mas estas nada puderam fazer para amainar conflitos e choques de poder, principalmente em momentos em que, a par das pressões exercidas pelos europeus, acendiam-se as lutas com os nativos.

A história da exploração colonial do tabaco é apresentada por Catherine Lugar como um emaranhado de relações entre a Coroa, os cultivadores do tabaco e os exportadores. Nestas relações atuavam fortemente as condições do próprio "contrato do tabaco" as medidas governamentais para impedir o contrabando e controlar a qualidade do fumo. O estudo está centrado na principal área daquele cultivo, isto é, o Recôncavo Baiano, no período 1775-1835. As fases anteriores, isto é, o século XVII e a primeira metade do século XVIII representam, respectivamente, o estabelecimento e o desenvolvimento. A seguir, a grande época da diversificação por várias espécies de tabaco. Cada uma delas é analisada longamente, detendo-se a Autora nas quaeções de mercado. Os comerciantes do fumo foram, dentre os demais homens de negócios durante a colônia, os que mais se sentiram explorados pelo governo português, através dos todo-poderosos monopolistas de Lisboa. Este sentimento viria a refletir-se, nos anos vindouros, nas manifestações anti-portuguesas que grassaram na Bahia.

Não obstante a disparidade de enfoques, períodos, áreas e de uma certa evidência em algumas das conclusões, esta coletânea vem demonstrar, uma vez mais, que os *brazilianists*, malgrado todas as restrições que lhes têm sido feitas, continuam a apresentar à historiografia brasileira monografias bem estruturadas e possuidoras da decantada abundância de fontes que lhes é característica, o que, afinal, tem-nos sido da maior utilidade e proveito. — Heloísa Liberalli Bellotto.

BRASIL/JAPÃO 70 anos de cooperação. Seleção dos melhores trabalhos do concurso JETRO de ensaios Brasil/Japão. São Paulo, Japan Trade Center, 1978. 208 p.

Tendo por meta o incremento das investigações relativas ao intercâmbio entre os dois países em questão, a Japan Trade Center de São Paulo promoveu um concurso quando da passagem do 70º aniversário da imigração japonesa no Brasil.

O tema proposto – Brasil/Japão, 70 anos de cooperação – dada sua amplitude propiciou abordagens sob diferentes prismas.

A presente publicação compõe-se dos sete melhores trabalhos selecionados pela comissão julgadora composta por um ex-embaixador do Brasil no Japão (Paulo Leão de Moura), pelo cônsul-geral do Japão em São Paulo (Fumio Hirano), por professores universitários (Hiroshi Saito, Victor Brunner e Ricardo Mário Gonçalves) e pelo presidente da Câmara Japonesa do Comércio e Indústria do Brasil (Ikuso Hirokawa).

Muito embora possam ser detectados, com certa facilidade, informes compilados em dados e argumentos já apresentados e discutidos em outros estudos, os concorrentes oferecem também algo de novo quer em informes, quer em interpretações, quer na colocação de problemas, sobretudo no que diz respeito a aspectos econômicos e recentes da presença dos nipônicos entre nós.

Se a compilação em si não tem porque ser criticada, o é na medida em que o autor não se preocupa em identificar a fonte ou fontes a que recorreu, não coloca entre aspas trechos que não são de sua autoria, apresenta como suas palavras as interpretações de terceiros ou nem mesmo cita a bibliografia consultada. Apesar de não se terem constituído em regra, tais deslizes ocorreram e por isso mesmo tornaram-se mais evidentes.

Por outro lado, na ânsia muitas vezes de ressaltar as diferenças entre as culturas em foco, foram feitas afirmações generalizadas e arbitrárias de difícil comprovação e que em alguns casos, dado o colorido muito intenso, fogem à realidade.

Em contrapartida, todavia, encontrará o leitor muito material interessante, por exemplo, sobre: a descentralização dos japoneses e seus descendentes no Brasil nos últimos anos; a atuação dos nipônicos em diversos setores de nossa economia desde 1908, quando de sua introdução, até os nossos dias; a presença das *trading companies* e das *joint ventures* entre nós; problemas de adaptação das mesmas e da mão-de-obra recém-chegada do Japão; a necessidade do encontro de um ponto de equilíbrio na balança de importação e exportação entre os dois países; a resistência dos nisseis e sanseis em trabalhar nas firmas japonesas instaladas no Brasil; as diferenças na organização e nos salários dessas empresas em relação às congêneres nacionais; a importância e o interesse do Brasil quanto aos investimentos e *know-how* japoneses; em que medida a economia e o comércio exterior dos dois países podem ser considerados complementares; as diferenças e as semelhanças entre japoneses e brasileiros; os acordos e programas recentes como o Cedeval (Centro de Desenvolvimento do Vale do Ribeira) ligado à Estação Experimental do Instituto Agronômico da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo ou a CDA (Companhia de Desenvolvimento Agrícola, cujo objetivo é explorar os cerrados mineiros; a recente visita do ex-presidente Geisel ao Japão e sobre os assuntos discutidos no Forum de Debates realizado naquele país em 1976.

O fato de estarmos vivendo numa época em que as preocupações de ordem econômica se sobressaem, em que a imigração japonesa não mais se caracteriza pela vinda de agricultores mas, sobretudo, de técnicos, em que os investimentos japoneses em escala crescente ao lado da formação profissional dos autores dos trabalhos premiados, três jornalistas (*Vergniaud Calazans Gonçalves, José Eduardo Faria e Nair Keiko Suzuki*), um administrador de empresa (*Carlos Karasawa*), estudantes de administração de empresa (*Toru Yamamoto, Paulo Afonso Garcia e Jacques Kann*), uma professora de história (*toyoko Akashil*) e um industrial (*José Cardoso Nascimento*) explica, se não totalmente, pelo menos em parte, terem os estudos detido-se mais nos aspectos econômicos e, sobretudo, recentes, o que não os desmerece mas, pelo contrário, valoriza-os, uma vez que há muita coisa a ser investigada com relação à imigração em geral e ainda mais com relação a esta nova fase, isto é, dos anos sessenta para cá. – Arlinda Rocha Nogueira.